



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

ATA

ATA DE REUNIÃO N. 01/2022	Apresentação dos representantes da Comissão de Gestão de Memória (CGM) e deliberações diversas
--------------------------------------	---

DADOS	
Local	Sala de videoconferência - Teams
Data	6 de junho de 2022, 10h30
Tema	Apresentação dos representantes da Comissão de Gestão de Memória
Relatora	Flavia de Martins Faria Vieira
PARTICIPANTES	
Haidée Denise Grin	Desembargadora Presidente da Comissão de Gestão de Memória
Márcio Schiefler Fontes	Juiz de Direito indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça
Maurício Walendowsky Sprícigo	Diretor-Geral Judiciário
Ricardo Albino França	Diretor de Documentação e Informações
Adelson André Brüggemann	Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário
Marcos Rodolfo da Silva	Chefe da Divisão de Arquivo
Marcilio Bagatin Silva	Chefe da Divisão de Arquivo
Letícia Cardoso de Castro	Representante da Diretoria de Tecnologia da Informação – Ausente por motivo de gozo de férias
Flavia de Martins Faria Vieira	Assessora Técnica - Convidada

DELIBERAÇÕES
<p>Iniciada a reunião, a Excelentíssima Desembargadora Haidée Denise Grin declarou aberto os trabalhos e agradeceu a presença de todos nesta primeira reunião do colegiado desta gestão e destacou a importância deste encontro para alinhar e dar continuidade as ações desempenhadas pela Comissão de Gestão de Memória (CGM) e delinear os projetos a serem executados nos anos vindouros. Informou que convidou o Senhor Ricardo para secretariar os trabalhos do colegiado e colocou-se à disposição da equipe para ser o elo com a presidência, sempre que necessário.</p> <p>Em consonância com a pauta previamente encaminhada aos membros, solicitou que todos se apresentassem para que pudesse conhecer e sentir a amplitude de alcance dos trabalhos da comissão.</p> <p>1) Apresentação dos representantes da CGM, designados pela Portaria n. GP n. 800, de 31 de maio de 2022.</p> <p>A Desembargadora Haidée passou a palavra ao Juiz de Direito Márcio Schiefler Fontes, que enalteceu o corpo de servidores que compõem a CGM e destacou a qualificação e a competência de todos, ressaltando que o trabalho da comissão está atrelado a um escopo relativamente amplo, mas que o colegiado necessita focar em três grandes eixos.</p> <p>Explanou que o primeiro grande eixo é provavelmente o mais visível, em especial para a sociedade, sem desmerecer as demais áreas, diz respeito às atividades desenvolvidas pelo Museu, que possuem dentre suas atribuições efetuar registros históricos e preservar e divulgar esse material. Elogiou o trabalho desenvolvido pelo servidor Adelson no comando do setor.</p> <p>Argumentou que as ações do Museu dependem da política de cada gestão, lembrando que o setor possui servidores capacitados que podem sugerir projetos e apresentar diversas frentes de atuação em linhas de</p>

trabalho significativas, mas que isso depende das diretrizes delineadas pela administração. Disse que o desempenho de algumas atividades está atrelado ao planejamento da gestão, que direcionará a quantidade de eventos, a complexidade dos projetos, a contemplação de mais comarcas e as intervenções com outras instituições. Asseverou que o aval e o apoio da administração impactam naturalmente o desempenho do setor, no que se refere à implementação dessas ideias, o que não prejudica a atenção às atividades rotineiras.

Em relação ao segundo eixo, discorreu sobre a gestão arquivística. Comentou sobre a estrutura robusta do setor e que demanda uma atenção da administração, bem assim sobre o corpo expressivo de colaboradores terceirizados. Ressaltou a demanda expressiva do setor e a necessidade de apoio da Comissão.

Quanto ao terceiro eixo, disse que é justamente a interface da comissão. O que se pretende é que o grupo tenha ambição e tente integrar e harmonizar essas diversas áreas. Da mesma forma, é importante a interação do colegiado com órgãos externos e com outras comissões dentro do Poder Judiciário catarinense. Pontuou a necessidade de focar em um tema muito presente e abordado, qual seja, a acessibilidade de dados e da proteção dessas informações. Solicitou que a Comissão não se torne um obstáculo ao trâmite e a fluidez das demandas que emergem. Destacou que a ideia é permitir que os órgãos de execução dentro do Tribunal possam encaminhar seus pleitos e a equipe delibere a tempo e modo sobre o assunto. Pediu que a comissão seja um facilitador para solucionar as demandas e não se torne um empecilho. Concluiu que cada administração tem a sua forma de gestão e precisamos nos adaptar.

O Senhor Maurício agradeceu a disponibilidade da equipe e enfatizou a importância de manter um representante da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), já que é um setor fundamental em todos os aspectos dentro do Poder Judiciário, considerando o avanço do processo judicial eletrônico e as frequentes discussões em relação à preservação documental. Asseverou que a administração trabalhou intensamente nas últimas duas décadas para mudar a realidade do Arquivo Central, em especial na coleta dos autos judiciais findos arquivados nas comarcas. Disse que atualmente o setor executa uma atividade de referência e reconhecida a nível Estadual. Exaltou que com o esforço e a dedicação de muitos setores, finalmente este Sodalício possui uma sede própria, bem estruturada, pensada em cada detalhe para ser um Arquivo. Aduziu que se trata de uma estrutura que para quem não conhece impressiona no primeiro contato, pois são mais de 8 mil metros quadrados de área edificada e 15 milhões de processos judiciais e administrativos arquivados no setor, além do trabalho de preservação do acervo de processos históricos e de bens que representam a memória do judiciário, alguns vinculados à Seção de Museu.

Destacou que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente, João Henrique Blasi, tinha agendado para o dia 9 de junho uma visita para conhecer a estrutura do Arquivo Central, evento que precisou ser cancelado em razão de outros compromissos de Sua Excelência. Convidou, então, a Desembargadora Haidée e o Juiz de Direito Márcio para acompanharem a comitiva assim que outra data seja definida. Ficou acordado que o Senhor Maurício irá solicitar a inclusão dos magistrados na programação para que possam ter um contato mais próximo com esse trabalho que foi realizado pela equipe.

Ainda, além da parte de estrutura física propriamente dita, comentou que foi realizado um trabalho intenso de adequação do Poder Judiciário a todas as normas editadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e que dizem respeito à gestão documental e de memória. Afirmou que resta apenas editar a última norma, que se trata da resolução referida pela Desembargadora, para que esta Corte de Justiça possa ter uma aderência de 100% das normativas a respeito do tema, instituídas pelo órgão censório nacional.

Frisou que o grande desafio para esta gestão é encontrar um espaço adequado para alocar o Museu do Judiciário catarinense que atualmente está instalado no hall superior, na área contígua ao auditório Ministro Teori Zawaski, mas em razão de a área ser utilizada para outras finalidades, de interesse da instituição, apresenta algumas dificuldades operacionais, especialmente em relação à parte do acervo que permanece exposta, por tratar-se de mobiliário e objetos históricos que, com o avançar do tempo, sendo submetidos a montagens e desmontagens frequentes, acabam prejudicando sua conservação.

De outra banda, mencionou que existem alguns projetos em estudo, inclusive para sediar o Museu no andar térreo deste Tribunal, em uma área mais nobre e que permite uma visualização melhor do setor e de toda a riqueza do seu acervo, o que facilitaria o acesso às exposições e fomentaria de fato a amplitude e o interesse da memória da instituição de todos aqueles que o visitam, além dos servidores e colaboradores que integram a estrutura deste Poder.

Também ratificou a asserção do Juiz Márcio acerca da necessidade de firmar parcerias com diversas entidades para fomentar a gestão e a preservação da memória.

O Senhor Maurício citou as visitas de outros órgãos públicos ao prédio do Arquivo Central, a exemplo da Secretaria de Estado da Saúde, que foi conhecer a estrutura do setor no intuito de replicar o modelo, observadas suas peculiaridades. Ressaltou o histórico de parcerias com diversas instituições do Estado de Santa Catarina, a exemplo de prefeituras municipais, do Instituto de Patrimônio Histórico do Estado de Santa Catarina e do Instituto de Patrimônio Histórico Nacional, para a realização de exposições e procurar fundir os acervos e mostrar, de forma mais completa para a sociedade catarinense, parcelas e momentos históricos importantes tanto para nosso Estado quanto para a nação.

Comentou, também, que o último contato realizado recentemente com o Coronel Fábio, comandante da Casa Militar, que assumiu nesta gestão, resultou em ideias interessantes. Por ser um apaixonado por história, o

Coronel Fábio anunciou que faria uma proposta ao comando da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC). Mencionou o referido militar que o prédio histórico localizado na praça Getúlio Vargas e pertencente ao Corpo de Bombeiros passará para o comando da Polícia Militar de Santa Catarina e poderá ser convertido no Museu da instituição, já que o Museu de Armas Major Lara Ribas, no forte de Santana, está com sua estrutura acanhada, inclusive passando por reformas, além do local ser de difícil acesso. Na Praça Getúlio Vargas, o acesso às escolas e universidades seria facilitado. Informou que fez uma proposta de cooperação ao Coronel Fábio, no sentido de colaborar por meio da expertise que esta instituição possui em termos de organização de exposições e de espaços. Lembrou que o Coronel Fábio fez menção à existência de um acervo rico de fotos e documentos históricos armazenado na Polícia Militar de Santa Catarina e que sequer fica em exposição. Nesse caminho, sua senhoria sugeriu uma parceria com a Polícia Militar de Santa Catarina para expor parte do acervo do Poder Judiciário e do acervo daquela instituição no citado prédio histórico, de modo a expandir cada vez mais os laços com essas instituições para fomentar a cultura de divulgação da história do Estado e da Nação e permitir a divulgação desses objetos e itens de valor.

O Senhor Maurício fez alusão, ainda, à exposição sobre a Guerra do Contestado, denominada “A máquina, a terra, a luta: 100 anos do fim da Guerra do Contestado”, que foi significativa e atraiu um bom público, contando com a participação de vários entes e diversas prefeituras de municípios. Ressaltou que por ter sido um evento tão marcante na história do nosso Estado, merecia uma exposição quase que em caráter permanente.

Sua Senhoria esclareceu, ainda, que em sua explanação procurou dar uma visão ampla da situação dos setores da instituição e pertinentes ao tema objeto desta reunião, acrescentando que a Diretoria de Documentação e Informações e as divisões a ela vinculadas trabalham em parceria, cada uma zelando para oferecer uma gestão documental e de memória que atenda os interesses da instituição. Pontuou as Divisões de Pesquisa e Informação, com as obras raras e parte dos microfilmes, de Arquivo, atenta aos princípios da gestão documental e de Documentação e Memória do Judiciário, que capitania o arquivo do Poder Judiciário e faz toda a catalogação, organização, higienização e preservação dos processos e documentos históricos da instituição.

Ao final, referendou a importância da DTI nessa atividade, sob a assertiva de que cada vez mais temos que partir para um conhecimento das ferramentas tecnológicas que estão se apresentando, ressaltando que já ocorreram vários debates sobre o tema, inclusive acerca da temporalidade dos processos em meio eletrônico, sendo necessário avançar nesse ponto para deixar todo o ciclo de gestão documental amparado.

O Juiz Márcio anuiu à sugestão do Senhor Maurício, de o Tribunal trabalhar em parceria com a Polícia Militar de Santa Catarina. Trouxe à baila a ideia das exposições itinerantes, que podem passar por diversas comarcas e criar um sentimento de pertencimento.

Além da exposição do Contestado, lembrou da exposição “Águas Revoltas: A Justiça Catarinense e a Revolução Federalista”, e disse que outros temas podem ser explorados como o da escravidão e também os “Impactos da 2ª Guerra Mundial no Estado de Santa Catarina”, este que demandaria uma pesquisa em relação às circunstâncias próprias do Estado durante a Guerra. Sugeriu, ainda, que fosse pensando em um tema para a reinauguração do Museu.

O Senhor Ricardo agradeceu o convite para secretariar a comissão e abordou temas específicos da pauta, elencados abaixo.

Após as devidas apresentações dos representantes da Comissão de Gestão de Memória (CGM), designados pela Portaria n. GP n. 800, de 31 de maio de 2022, passou-se a examinar os demais itens da pauta.

2) Informação acerca da tramitação da minuta de resolução que institui a política de gestão da memória no âmbito do PJSC – Sei n. 0040052-67.2021.8.24.0710.

O Senhor Ricardo fez uma exposição breve a respeito do assunto e mencionou que o tema já está sendo tratado no processo administrativo alhures mencionado. Apontou que a minuta acostada aos referidos autos foi disponibilizada no final do ano passado no grupo de whatsapp do colegiado, oportunidade em que foram apresentadas sugestões, já incorporadas ao texto final anexado ao feito (documento n. 6092119). Sugeriu que todos examinassem o documento para posterior deliberação a respeito. Ao final, ficou acordado que todos os membros acessarão a minuta e proporão eventuais alterações no grupo de whatsapp supracitado, em até 5 (cinco) dias. Deliberou-se, na sequência, que a não manifestação no prazo assinalado importará em anuência tácita ao texto proposto. As sugestões eventualmente apresentadas, uma vez validadas pelo grupo, serão acrescidas ao documento. Decorrido o prazo acordado, o secretário da comissão lançará informação nos autos respectivos e procederá a inserção da versão final da minuta aprovada.

3) Adoção de providências para a realização de um evento para cada uma das seguintes datas comemorativas:

- Dia da Memória (10 de maio);
- Aniversário de instalação do TJSC (1º de outubro); e
- Dia da Justiça (8 de dezembro).

Os membros da comissão aprovaram a sugestão e após breve debate, o Senhor Ricardo sugeriu que fosse definida a equipe que atuará nessa frente de trabalho. Acordou-se, por unanimidade, que o Senhor Adelson será responsável por apresentar uma proposta para o evento em comemoração ao aniversário de instalação do TJSC, e o Senhor Marcílio, pela data do Dia da Justiça. Ambos irão preparar sugestões para deliberação da equipe na próxima reunião.

Questionado, o Senhor Adelson colocou-se à disposição para permanecer à frente da supervisão e acompanhamento das notícias e informações publicadas no Portal da Memória.

Em relação às datas comemorativas, a Desembargadora Haidée acrescentou que todos os membros podem propor outros projetos que possam ser lançados em eventos estratégicos para a presidência, ainda que sejam pequenos, mas que remetam à memória do Judiciário.

Pontuou que gostaria de ter um rol de projetos que possam ser implementados nesta gestão, para que possam ser priorizados pela administração e, eventualmente, executados nas comarcas visitadas pelo presidente. Concluiu que pretende trazer à tona a história dessa família chamada judiciário catarinense.

4) Definição de novo espaço par o Museu – Térreo da Torre I.

O Senhor Ricardo consignou que atualmente a Seção de Museu encontra-se instalada em sala improvisada e que as exposições, a exemplo da última lançada - “Um palácio de memórias: os 130 anos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e os registros históricos preservados pelo Poder Judiciário catarinense”, frequentemente precisam ser desmontadas em razão de eventos no local. Fez menção, ainda, sobre a necessidade de desmontagem e remontagem dos móveis da exposição permanente, incluindo o antigo Tribunal Pleno, que por se tratar de móvel histórico e já ter passado por restaurações, sofre danos significativos. Explicou que essas situações desmotivam os servidores e causam transtornos na rotina do setor. Esclareceu que na gestão passada já foi solicitada a alteração do local que abriga a unidade.

A Desembargadora Haidée mencionou que o presidente gostou da iniciativa e anuiu à proposição, ao tempo em que autorizou sejam tomadas as providências necessárias em relação à reforma.

Os presentes foram cientificados pelo Senhor Ricardo de que após algumas reuniões com a Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA), que culminaram na definição de mudança de local do espaço que abriga atualmente o Museu do Judiciário catarinense, iniciaram-se as tratativas para a efetivação do pleito.

Acrescentou que o diretor da DEA irá se reunir com a sua equipe para deliberar sobre as necessidades prementes para a execução da demanda e buscará, junto com a equipe da DDI, o leiaute ideal para o novo ambiente, a fim de que possa ser proporcionado um formato para melhor atender aos visitantes. Concluiu que essa mudança trará uma nova dimensão e importância deste setor para a instituição.

5) Colocação de parede de vidro no corredor da biblioteca que dá acesso ao restaurante – após a conclusão, utilização do espaço para expor obras raras, obras de autoria de magistrados e obras novas adquiridas.

A Desembargadora Haidée informou que em conversa com o Excelentíssimo Desembargador Presidente, foi sugerida a reforma de parte da Biblioteca Desembargador Marcílio Medeiros, mais especificamente a substituição da parede de gesso do corredor que dá acesso ao restaurante, por vidro. Solicitou que, uma vez concluída essa reforma, fossem inseridos expositores pelo lado interno da referida Biblioteca e dispostas as obras raras e as editadas pelos magistrados e servidores desta Corte. Pediu, também, a criação de uma estante destinada às obras relacionadas à memória. Finalizou destacando que pequenas ações são importantes e é preciso estimular a criatividade.

6) Montagem de uma pirâmide com a composição do número de desembargadores desde a criação do TJSC, observada a respectiva nominata dos ocupantes.

A Desembargadora Haidée mencionou que propôs ao Senhor Presidente a criação de uma pirâmide com informações dos desembargadores. Visualizou um projeto digital a partir do número de cadeiras iniciais ocupadas por desembargadores deste Tribunal. Seriam destacados o ano e o nome de quem passou pelas vagas e estariam representados todos os membros do Tribunal de Justiça. A ideia foi acolhida por Sua Excelência.

O Juiz Márcio sugeriu incluir ao projeto a relação dos aprovados nos concursos.

A Desembargadora Haidée completou destacando a relevância do número de desembargadores que ascenderam ao Tribunal e afirmou que este trabalho de resgate e de memória é apenas uma ideia inicial a ser incluída na pirâmide, que poderá ter desdobramentos, a exemplo do que o Juiz Márcio sugeriu.

Ficou acordado que o servidor Adelson fará a inclusão de um link, no Portal da Memória, com a inclusão dos dados e toda a pesquisa para a formação da pirâmide.

7) Colocação, no site do Portal da Memória, de um link com um questionário que proporcione aos magistrados o preenchimento de dados sobre a sua carreira.

A Desembargadora Haidée sugeriu a implantação de um link para que os magistrados possam inserir dados e escrever parte da sua história. Disse que esses dados propiciarão a formação de uma base de memória da instituição que servirá de subsídio para o lançamento de outros projetos. Esclareceu que as informações seriam de responsabilidade dos autores e não poderiam ser editadas, o que de certa forma, salvo melhor juízo, não traz responsabilidade para a instituição.

O Senhor Adelson pediu a palavra para registrar que o último produto entregue e relativo à memória foi a criação de um vídeo com a participação de muitos colaboradores do Poder Judiciário, material que objetivou não apenas retratar a memória, mas também dar a ideia de pertencimento à instituição. O produto do trabalho foi lançado no Dia da Memória e está disponível no Portal da Memória. O projeto foi pulverizado por todo o Estado de Santa Catarina, incluindo as comarcas de porte menor e abrangendo todas as regiões, magistrados, servidores e aposentados. O vídeo, apesar de extenso, buscou chamar as pessoas para que elas se sintam parte da memória do judiciário e auxiliem esse trabalho de construção.

A Desembargadora Haidée acrescentou que a ideia é dar o primeiro passo na construção de uma memória do judiciário. Sugeriu, também, que o vídeo mencionado pelo servidor Adelson seja utilizado como um impulso para o projeto "Questionário de Memória" e esclareceu que a ideia veio a partir de outros trabalhos veiculados no grupo de whatsapp do Memojus, intitulado "Você quer fazer parte da Memória do Judiciário?".

Ficou acordado que o servidor Adelson fará uma minuta do questionário e disponibilizará no grupo de whatsapp da CGM para análise e manifestação dos seus membros.

8) Remontagem da torre de livros para exposição nos Fóruns Eduardo Luz e Rid Silva.

A Desembargadora Haidée explanou a intenção de reativar a "torre de livros" exposta no hall da Torre I do prédio do Tribunal de Justiça no ano passado. A ideia é realizar uma exposição itinerante, inicialmente nos Fóruns da Capital. Pontuou que essas pequenas ações são bastante significativas e, no caso concreto, permitirão uma avaliação do impacto do projeto para aferir a conveniência de replicá-lo em outras comarcas. O trabalho deverá ser executado em parceria com as chefias de secretaria dos respectivos foros, após a anuência do Juiz Diretor do Foro, devendo ser avaliada a pertinência e divulgação às escolas do município.

9) Assuntos gerais.

A Desembargadora Haidée mencionou, em relação aos fóruns, a ausência de um memorial para homenagear as autoridades que emprestaram seu nome às edificações. Disse que geralmente consta apenas uma placa, a exemplo do Fórum Desembargador Eduardo Luz. Não há foto e informações de quem foi o homenageado e seria importante uma reflexão sobre o ponto e a entrega de propostas que viabilizassem essa ideia.

Ato contínuo, Sua Excelência agradeceu a presença e manifestou sua gratulação pela confiança do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente ao formular o convite para a assumir a presidência da CGM, colocando-se à disposição de todos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da comissão declarou encerrados os trabalhos às 12h10.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Albino Franca, DIRETOR**, em 13/06/2022, às 15:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcilio Bagatin Silva, CHEFE DE DIVISÃO**, em 13/06/2022, às 17:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rodolfo da Silva, CHEFE DE DIVISÃO**, em 13/06/2022, às 17:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Cardoso de Castro, TÉCNICA JUDICIÁRIA AUXILIAR**, em 13/06/2022, às 17:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Haidee Denise Grin, DESEMBARGADORA**, em 13/06/2022, às 18:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Schiefler Fontes, JUIZ DE DIREITO DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**, em 14/06/2022, às 15:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adelson Andre Bruggemann, CHEFE DE DIVISÃO**, em 14/06/2022, às 15:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Walendowsky Spricigo, DIRETOR-GERAL JUDICIÁRIO**, em 14/06/2022, às 19:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **6380028** e o código CRC **70B49351**.
